

**AGRICULTORES FAMILIARES E JOVENS DE CASTELO DO PIAUÍ:
ENTRE A ESCASSEZ E A MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA*¹****AGRICULTORES FAMILIARES Y JÓVENES DE CASTELO DO PIAUÍ:
ENTRE LA ESCASEZ Y LA MIGRACIÓN TEMPORAL****Maria Aparecida Milanez Cavalcante² & Marlúcia Valéria da Silva³**

cida_milanez@hotmail.com & valeriasil@uol.com.br

Universidade Federal do Piauí

Teresina, Brasil

RESUMEN

Este artículo se origina a partir de la investigación de campo llevada a cabo en la ciudad de Castelo do Piauí PI, Brasil, más específicamente en la zona rural São Mateus. Se centra en los aspectos de la oferta y la agricultura de suministro y extractiva, así como los nuevos patrones productivos presentes en el sector de la minería y el turismo rural. En la práctica se encontró una compleja zona rural, multifuncional y diversificada (pluriactiva) donde se articulan la producción y los medios de vida global/local, mientras que la concentración de la tierra emerge como un aspecto relevante de las dimensiones de sociabilidad. Se discute, finalmente, cómo estos aspectos han dado lugar a la reproducción social de la familia como continuidad de lo rural en los proyectos de los jóvenes rurales y la alternativa de la migración de estos como alternativa a la escasez.

Palabras claves: ruralidad, agricultura, nuevos patrones de producción, juventud, migración.

ABSTRACT

This article comes from field research conducted in the city of Castle do Piauí-PI, Brazil, more specifically in the Rural Community São Mateus. It focuses on aspects of the supply and the extractive agriculture, as well as the new productive patterns present in the mining sector and rural tourism. The realities found configure a rural area complex, multifunctional and multi-active where are articulated the global and local dimensions of production and livelihoods, while the concentration of land emerges as a relevant aspect of sociability dimension. Finally, discusses all that aspects have resulted in family social reproduction in rural succession in rural youth projects and the adoption of migration by young people as an alternative to the shortage.

Key words: ruralities, agriculture, new production patterns, youth, migration.

* Artículo recibido el 21 de agosto de 2014; aceptado el 30 de septiembre de 2014.

¹ Artigo resultado do Projeto de Pesquisa "Identidades Juvenis Rurais em Trânsitos Migratórios" desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí-UFPI, em nível de Mestrado e apresentado em comunicação oral na V Jornada Científica de Serviço Social da UFPI.

² Assistente Social. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFPI. Bolsista Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

³ Doutora em Sociologia Política – UFSC. Pós-doutora pelo CPDA-UFRRJ. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFPI.

Introdução

A formação sócio-histórica de Castelo do Piauí é marcada pelos processos de colonização, que fazem parte da realidade histórica brasileira, e de ocupação do território piauiense pelo adentramento da pecuária extensiva, na segunda metade do século XIX, nesse município. Tal iniciativa, baseada na propriedade privada ou fazenda administrada pela figura do 'vaqueiro' e do 'arrendatário'⁴, e também da "mão de obra escravizada"⁵, além dos domínios dos cativeiros, está bem menos lembrada na literatura corrente. Portanto, ausências de sentidos para melhor entendermos as sociabilidades africanas no território piauiense. Tais incursões, sertão adentro, no século XVIII, no Piauí, deveram-se aos projetos de abastecimento de pastagens, próximos aos cursos d'água, para o gado *vacum* utilizado nos engenhos de açúcar, principalmente de Pernambuco e Bahia, e de fornecimento de carnes para exportação e abastecimento regional.

A colonização da Vila Marvão, como era chamada, se deu nos moldes de grandes fazendas de gado, onde havia concessões de sesmarias de terras a quem empreendesse a conquista, o que expandiu o espaço, resultando na formação de grandes latifúndios.⁶

Durante o processo de ocupação e colonização, uma marca recorrente foi o extermínio de povos nativos, denominados indígenas, pelo devassamento das terras, assim como o processo de catequização, empreendido pelos missionários católicos, para a garantia de uma estruturação político-administrativa provincial⁷. Vale ressaltar que a catequização, ou trocas realizadas com grupos indígenas, figura o repassar de maior conhecimento sobre os bens naturais da região, de domínio dos nativos.

Em Castelo do Piauí, antiga Vila Marvão, a colonização também se deu nos moldes das demais regiões do Estado. Segundo a história local, relatada oralmente de geração a geração os "Grandes Coronéis" daquela época tinha como objetivo o extermínio dos gentios para que a colonização pudesse ser instalada definitivamente e sem nenhum perigo aos aglomerados urbanos e rurais.⁸

Em 13 de setembro 1762, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Rancho dos Patos⁹, como era conhecida a região, por ser lugar de trânsito entre pessoas dos Estados do Ceará e do Maranhão, foi elevada à categoria de Vila pelo Governador João Pereira Caldas, recebendo o nome de Marvão, sendo uma das primeiras do Estado do Piauí, junto a São João da Parnaíba, Campo Maior, Valença do Piauí, Oeiras e Jerumenha. Nessas Vilas foram instaladas

⁴ Vicente Eudes Lemos Alves, "As bases históricas da formação territorial piauiense." Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13577>>. Visita em 02 de setembro de 2013.

⁵ Solimar Oliveira Lima e Juliana M. Barbosa Malherme, "Cotidiano e Trabalho das Mulheres Negras nas fazendas escravistas do Piauí", em Solimar Oliveira Lima (editor), *Sertão de negro: escravidão e africanidades no Piauí*, Rio de Janeiro, Booklink, Teresina, Matizes, 2008, 168-176.

⁶ Prefeitura Municipal de Castelo do Piauí, "Plano Diretor Participativo de Castelo do Piauí-PDP" - *Relatório Etapa II, Diretrizes e Propostas*, Castelo do Piauí, 2011.

⁷ Fundação Centro de Pesquisa Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), *Piauí: evolução, realidades, desenvolvimento*, 2º ed, Teresina, Fundação Cepro, 2002.

⁸ Fábio José A Deus e Raimunda Alves Melo, *Castelo do Piauí: as várias faces de uma história*, Castelo do Piauí, Editora Halley, 2008.

⁹ Ver tabela sobre criação de Vilas no Piauí Colônia, construída por Murilo Cunha Ferreira, "A política pombalina de planejamento espacial e territorial na colonização do Piauí durante o século XVIII", em *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo* 11.2 (2012). Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1333>>. Visita em agosto de 2014.

as primeiras fazendas de gado, que sustentaram a economia voltada para o mercado, tendo como objetivo controlar o comércio no território em expansão.

A existência de uma única vila na Capitania do Piauí não foi o suficiente para agregar a administração de tamanha vastidão de terras e rebanhos, controlar o comércio e apaziguar os indígenas. Cinco décadas após a fundação da Vila da Mocha, a Coroa Portuguesa resolveu ampliar a rede urbana na Capitania, de forma enfática. Num caso distinto das demais capitanias, o Piauí teve sua capital elevada ao status de cidade e várias vilas instaladas concomitantemente seguindo as recomendações de um mesmo documento. A Carta Régia de 29 de julho de 1759 determinara a criação de vilas no Piauí, que havia sido efetivada como capitania autônoma no ano anterior. Em decorrência desta não ter tido aplicação prática, outra Carta Régia de 19 de junho de 1761 ordenara a elevação à vila das freguesias existentes na Capitania, ainda que suas ínfimas populações e desenvolvimento econômico não justificassem tal medida. No caso, o fator político foi preponderante: numa capitania em que os jesuítas controlavam os meios de produção, a Coroa precisava ocupar o vazio deixado após a expulsão deles e o confisco de seus bens.¹⁰

Neste território foram presentes conflitos quanto ao projeto de colonização do Piauí e de expansão da economia e cultura europeias, pelo uso do poder e da força, objetivando o extermínio de povos indígenas, além do recurso à escravização nas grandes fazendas. No ano de 1762, havia uma maior concentração da população no meio rural, entre 715 livres e 279 escravos, onde estavam instaladas 39 fazendas. No meio urbano viviam 56 livres e 9 escravos¹¹. Neste sentido, a formação territorial de Castelo do Piauí está ancorada nessas particularidades da colonização e resistência entre europeus, em especial portugueses, ameríndios, e africanos que marcaram o Estado do Piauí, com instalação de projetos de exploração econômica da dominação do modelo europeu ali presente.

Quanto às atividades agrícolas e agrárias no Piauí complementares à pecuária, eram voltadas, basicamente, à agricultura de abastecimento¹², com o cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca, sendo a cultura do algodão para o mercado externo. No século seguinte, ocorreu queda na atividade pecuária, fazendo surgir o extrativismo da maniçoba, do babaçu e da carnaúba como viáveis enquanto nichos de mercado de exportação, sob domínio da grande concentração de terras. O extrativismo da carnaúba foi atividade marcante no território de Marvão.

Sobre a constituição oficial e de espacialidade, “Marvão em 1762 fazia limites com a capitania do Ceará-Piranhas e Pelo Sinal e a Humildes atual Alto Longá”¹³. Quanto ao processo de nomenclatura oficial, esses autores afirmam que:

¹⁰ Ferreira, *op. cit.*, 7.

¹¹ CEPRO, *op. cit.*

¹² Godói aponta que a “*produção para abastecimento* não se caracteriza exatamente como ‘produção para uso’, isto é, para consumo direto e as famílias podem produzir para a troca, de modo a obter, indiretamente, o que precisam e não produzem, enquanto ‘economia de subsistência’ está marcada por uma concepção equivocada do trabalho camponês sintetizada no binômio trabalho contínuo-sobrevivência.” Ver Emília Pietrafesa de Godói, *O trabalho da memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1999.

¹³ Deus e Melo, *op. cit.*, 60.

Somente em 27 de março de 1890 o nome Marvão foi modificado para Vila de Castelo através do decreto n.º 20, porém em decorrência da Legislação que proibia a duplicidade de nomes nas cidades e vilas brasileiras, o nome voltou a sua denominação anterior de Marvão em 1942. Os habitantes do local ofereceram resistência ao antigo nome, até que, pela Lei nº 169, de 08 de outubro de 1948, passou a denominar-se Castelo do Piauí. Foi elevada a categoria de cidade pelo Decreto-Estadual n.º 147, de 15 de Dezembro de 1948.¹⁴

O município de Castelo do Piauí está localizado na Macrorregião Meio-Norte¹⁵ e no Território de Desenvolvimento dos Carnaubais¹⁶ (ver mapa n.º 1).

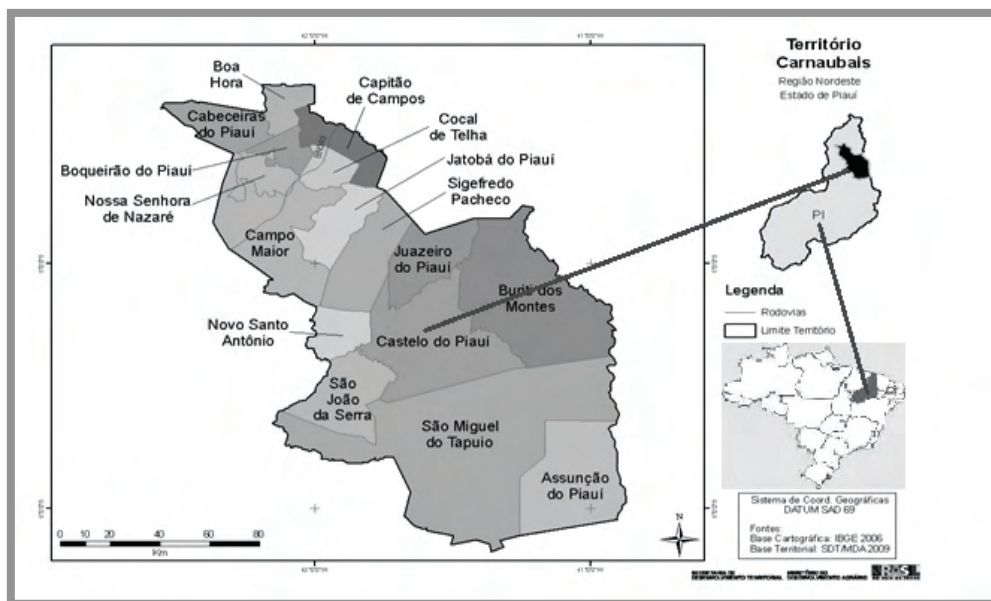


Figura 1. Território de Desenvolvimento Carnaubais-Piauí-Brasil Fonte: IBGE (2013e). “Território Carnaubais”. Fonte: <<http://files.assuncaoivre.webnode.com/2000039107da067e996/Mapa%20do%20carnaubais.jpg>> Visita em 11 de setembro de 2013 (modificado).

¹⁴ Deus e Melo, *op. cit.*, 61.

¹⁵ A Macrorregião Meio-Norte está dividida, pelo governo do Estado do Piauí, em três territórios de desenvolvimento: Cocais, Carnaubais e Entre-Rios.

¹⁶ Assunção do Piauí, Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Juazeiro do Piauí, Novo Santo Antônio, São João da Serra, São Miguel do Tapuio são os municípios pertencentes ao AG6 do Território de Desenvolvimento Carnaubais. Os demais municípios que aparecem no mapa pertencem ao AG5. Ver CEPRO, *op. cit.*

No Estado do Piauí os Territórios de Desenvolvimento Sustentável

Constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento.¹⁷

Esta divisão territorial está ancorada em políticas públicas sobre os potenciais ambientais e vocações produtivas de cada município. Rege também a distribuição de recursos públicos entre os municípios e setores a ser priorizados por cada gestão municipal.

A área da unidade territorial de Castelo do Piauí é de 2.035,193 Km², com densidade demográfica de 9,01 hab/Km². A distribuição populacional, segundo dados do IBGE¹⁸, é de 11470 habitantes na zona urbana e 6859 habitantes na zona rural. Essa contagem populacional, que separa a sede do município (urbano) de sua zona rural, sendo referência importante, porém não esgota a compreensão do que seja o rural nos aspectos econômicos, sociais e culturais ali encontrados¹⁹. Dentro dessa territorialização – pensada para a promoção de projetos de desenvolvimento sustentável dos municípios – caracterizaremos o município de Castelo do Piauí e as implicações para a permanência da juventude rural no campo.

Agricultura, pecuária em Castelo do Piauí: escassez e projetos juvenis

No âmbito da agricultura, o município desenvolve culturas temporárias²⁰ e permanentes²¹, além da pecuária – principal atividade do período de colonização e povoamento, com instalação de grandes fazendas²². As tabelas (1 e 2) seguintes caracterizam o desenvolvimento das lavouras de 2011, no município:

¹⁷ Governo do Piauí, “Art. 1º, § 2º da Lei complementar nº 87 de 22 de agosto de 2007”. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13144>>. Visita em 11 de setembro de 2013.

¹⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013f), “Censo Demográfico 2010: Sinopse”. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=220260&idtema=1&search=piaui|castelo-do-piaui|censo-demografico-2010:-sinopse->>>. Visita em 12 de agosto de 2013.

¹⁹ Sobre a caracterização de pequenos municípios rurais ver: Wanderley, Maria de Nazareth B, *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

²⁰ Culturas de curta duração que necessitam de novo plantio após cada colheita. IBGE (2012a), “Castelo do Piauí: Produção Agrícola Municipal-Lavoura Temporária 2011.” Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=100&search=piaui|castelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2011>>. Visita em 30 de setembro de 2013.

²¹ Culturas de longa duração que após a colheita não necessitam de novo plantio. IBGE (2012b), “Castelo do Piauí. Produção Agrícola Municipal-Lavoura Permanente 2011”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=99&search=piaui|castelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-permanente-2011>>. Visita em 20 de setembro de 2013.

²² Antes de tornar-se Vila de Castelo, em 27 de março 1890, este território chamava-se Marvão. Ver: Deus e Melo, *op. cit.*

Tabela 1
Lavoura temporária em Castelo do Piauí-PI-Brasil, 2011

	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho	Total
Área colhida (ha)	270	280	1696	48	7	1098	+ de 3000 ha
Área plantada (ha)	270	280	1696	48	7	1098	+ de 3000 ha
Quantidade produzida (t)	130	16.800	339	480	175	351	+ de 18000 t
Rendimento médio (kg/ha)	481	60000	199	10000	25000	319	+ de 95500 kg/há
Valor de produção (R\$x1000)	69	840	440	48	43	177	+ de R\$ 1500000

Fonte: IBGE, 2011. Elaboração própria.

Tabela 2
Lavoura permanente em Castelo do Piauí-PI, Brasil, 2011

	Castanha de Caju	Uva	Total
Área colhida (ha)	441	4	445 há
Área plantada (ha)	441	4	445 há
Quantidade produzida (t)	124	86	210 t
Rendimento médio (kg/ha)	301	21500	21801 kg/há
Valor de produção (R\$x1000)	136	129	R\$ 265000

Fonte: IBGE, 2011. Elaboração própria.

Comparando-se as duas modalidades de agricultura, observamos que existe a predominância da agricultura de abastecimento local, com baixa produtividade, pois é dependente dos ciclos naturais e a região Nordeste do Brasil, em especial o semiárido piauiense, é marcado pela escassez e irregularidade de chuvas, o que faz com que pequenos produtores não tenham garantias sobre a área plantada. Esse aspecto natural ganha relevância decisiva num contexto onde não se consolida uma política estatal de irrigação, crédito, assistência técnica, comercialização, dentre outros.

Surgem na economia do município produtos novos introduzidos nas práticas locais pela agricultura articulada ao mercado. O caso da uva é ilustrativo, posto ser uma cultura que depende de manejo específico, desconhecido pela agricultura de abastecimento tradicional, além da utilização de insumos agrícolas, sem os quais, possivelmente não alcançaria a geração de recurso hoje verificada, da ordem de R\$ 129.000,00, resultantes de produção em quatro hectares.

A castanha de caju também se mostra – como produção para o mercado – uma iniciativa mais recente. Tais procedimentos implicam em novos sistemas de uso da terra com novas culturas, nova sistemática e divisão de trabalho e diferente inserção da família na produção e no sistema agroalimentar, posto que o uso tradicional do caju se restringia à produção local e artesanal da cajuína²³, para venda direta.

Como vemos, não apenas os fatores climáticos concorrem para a atual realidade local, tendo a estrutura fundiária de Castelo do Piauí, caracterizada pela presença de latifúndios, importância para nossa análise. 71,5% da área do município estão ocupados com propriedades medindo quinhentos hectares de área, sendo que 1,28% da área rural do município estão ocupados por estabelecimentos de dez hectares²⁴.

Tabela 3

Estrutura de distribuição da terra por grupo de estabelecimento e área. Castelo do Piauí-PI, Brasil

Grupos de Área (ha)	Estabelecimento		Área (ha)	
	1995/1996	2006	1995/1996	2006
Menos de 10	1221	956	1462	1530
De 10 a menos de 50	166	242	3951	6108
De 50 a menos de 100	69	83	4744	5601
De 100 a menos de 500	97	97	20498	20725
De 500 e mais	33	39	49311	85013
Produtor sem área	-	139	-	0

Fonte: Fundação CEPRO, 2010. Elaboração própria.

As estatísticas exibidas permitem observar que não houve mudanças significativas na estrutura fundiária do município de Castelo do Piauí desde sua primeira configuração fundiária. Detalhe apenas para o surgimento de seis grandes propriedades de quinhentos hectares ou mais, porém com aumento da área em 35.702 hectares, o que corresponde a 72,4% de expansão de terras do latifúndio, entre os anos de 1995/1996 a 2006. Isto é, o latifúndio passou a apropriar-se de quase metade das terras do município, enquanto que no mesmo intervalo de tempo estudado as propriedades com menos de dez hectares aumentaram em área para apenas 68 hectares, o que corresponde a uma expansão de 4,6% de área em mãos de pequenos proprietários. Os dados demonstram uma realidade concentradora da terra que, do ponto de vista das possibilidades de produção a partir do aprovisionamento, é excludente e desestimuladora, tanto para as famílias em idade não reprodutiva, quanto para os mais novos e em idade produtiva e reprodutiva.

Num contexto de concentração da terra, inexistência de política de incentivo ao sistema agroalimentar - com instalação de sistemas de irrigação, adubação e maquinário agrícola - as

²³ Bebida típica do Piauí, produzida a partir do suco de caju. Embora a produção da cajuína seja uma realidade, não aparece no levantamento do IBGE os dados sobre o uso do pedúnculo do caju (*Anacardium occidentale*) no município estudado.

²⁴ Prefeitura Municipal de Castelo do Piauí, *op. cit.*

famílias do meio rural, em geral, dependem de relações de patronagem, expresso no arrendamento da terra, a qual implica em submissão no sistema de reprodução social. Nos discursos juvenis coletados em campo de pesquisa²⁵, verificamos a situação que as famílias vivenciam em relação à terra:

Nesse período nós fazíamos roça na terra do nosso patrão, mas houve época que era arrendada. Por exemplo, tinha ano que o inverno era fraco, o legume era pouco, aí meu pai pagava a renda. Aí, terminava sendo uma mixariázinha que ficava pra gente. Só que hoje em dia a gente não paga a renda, mais não. A gente faz roça no cercado, faz no aberto. Hoje a gente tá plantando mesmo só milho e feijão devido o inverno fraco. É só para o consumo mesmo, aí o milho a gente engorda um leitão, uma galinha, só isso mesmo. (Entrevista à jovem, São Mateus, Setembro de 2013).

Trabalhando dentro de tal sistemática ou não, na produção gerada destacam-se o feijão e o milho, tanto por terem maior resistência ambiental, quanto por serem componentes centrais da alimentação humana e, no caso do milho, também da alimentação animal, sendo usado o grão e a forragem²⁶. Quanto ao arroz, cultivado nas regiões de massapé, como os 'baixões'²⁷, mais dependente de ciclos naturais e de altos índices pluviométricos, enfrenta dificuldades em seguir com níveis satisfatórios de produção.

Os gráficos 1, 2, 3 seguintes retratam a produção da agricultura de aprovisionamento²⁸ no intervalo de sete anos, a qual deve ser considerada enquanto potencialidade para a reprodução das gerações e modos de vida no meio rural.

²⁵ Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os jovens da Localidade Rural São Mateus, em Castelo do Piauí, que realizam migração temporária para o trabalho no setor da construção civil, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

²⁶ Palha da planta do milho que fica na roça após a colheita do produto.

²⁷ Os "baixões" constituem lugar de vivência de famílias de pequenos produtores, onde desenvolvem as atividades agrícolas para sua reprodução e para o abastecimento da cidade, principalmente milho, arroz e feijão. Maria Dione Carvalho Moraes e Márcia R. Soares de Araújo, "Cerrados piauienses: de espaço natural a espaço construído", em *III Encontro da ANPPAS em Brasília-DF, 2006*. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA444-01032006-135044.DOC>. Visita em: junho de 2014.

²⁸ Não somente os parâmetros da produção são utilizados para definir esse caráter de produção agrícola local, mas a também os de comercialização, tendo na feira, ocorrida aos sábados. Como lócus privilegiado de negócios de produtos agrícolas (feijão, milho, melancia, hortaliças) e animais (caprinos, ovinos, suínos, aves), vivos ou abatidos. sendo também o espaço de aquisição de produtos industrializados, disponíveis no comércio local.

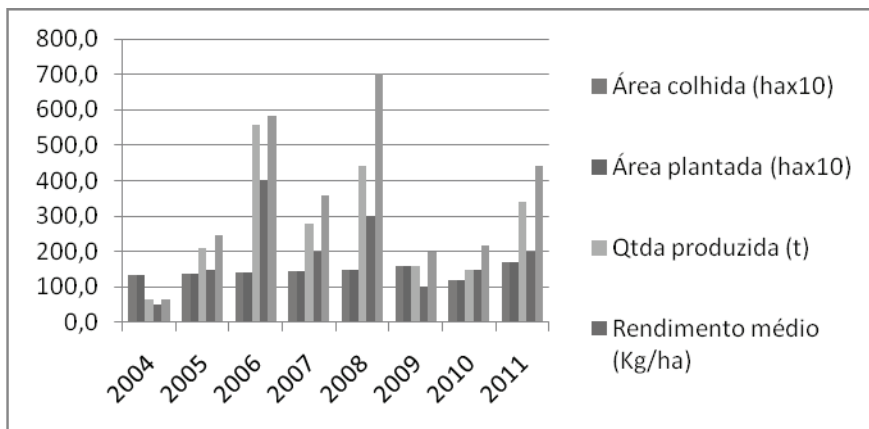


Figura 2. Gráfico sobre a produção de feijão em Castelo do Piauí-PI, Brasil, período 2004 a 2011.
 Fonte: IBGE, 2006 a 2011. Elaboração própria.

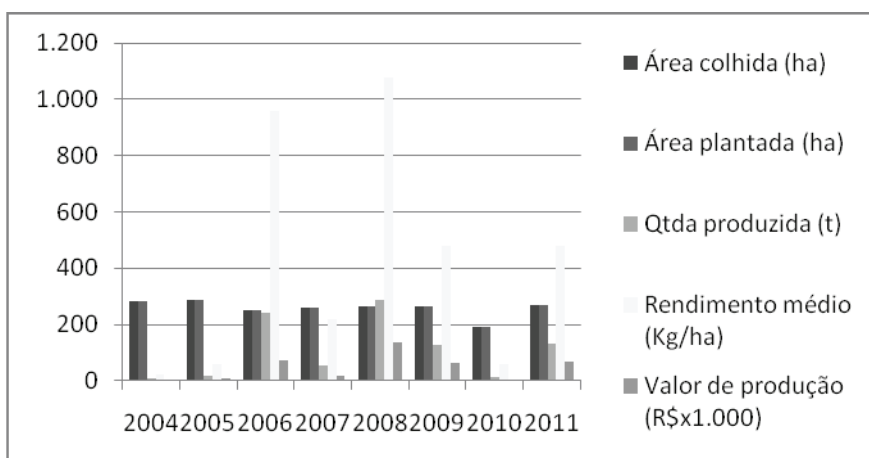


Figura 3. Gráfico sobre a produção de arroz em Castelo do Piauí-PI, Brasil, período 2004 a 2011.
 Fonte: IBGE, 2006 a 2011. Elaboração própria.

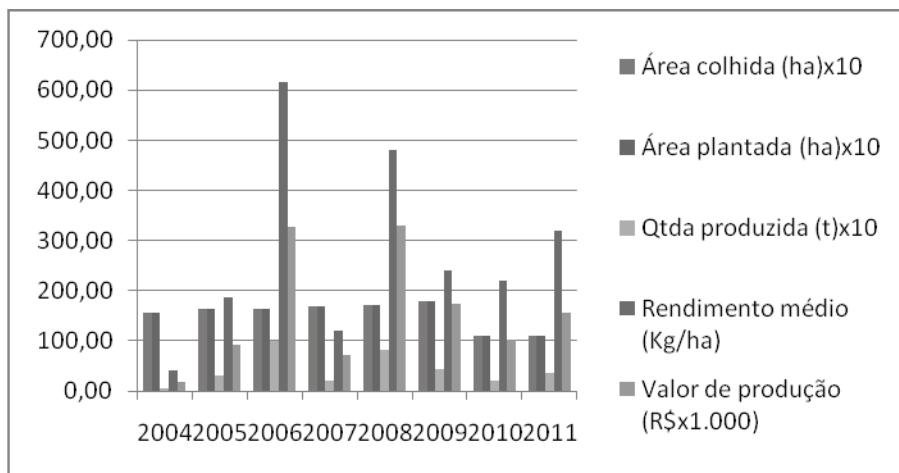


Figura 4. Gráfico sobre a produção de milho em Castelo do Piauí-PI, Brasil, período 2004 a 2011.

Fonte: IBGE, 2006 a 2011. Elaboração própria.

Os gráficos informam que há regularidade nos três tipos de produção anuais, sendo que nos anos de 2006 e 2008 ocorreu um maior rendimento médio e valor de produção, o que pode estar relacionado diretamente à regularidade pluviométrica dos períodos. A queda de produção nos anos seguintes, tendo em vista a centralidade dos produtos para o abastecimento familiar, pode ter incentivado a busca de trabalho em outros setores produtivos, durante os intervalos considerados. No caso das juventudes, a escassez, potencializada pelas dificuldades naturais e sócio-políticas, é apontada como razão primeira para a busca de melhorias em outros espaços laborais, como comércios, lanchonetes, oficinas de motocicletas na sede do município e/ou entrada no corredor migratório para médios e grandes centros urbanos, como se verificou no campo de pesquisa.

A produção de milho aparece ligada ao sistema pecuário local de criação extensiva, especialmente, animais de pequeno porte como caprinos, ovinos, galináceos, em que se utiliza esse grão como alimento básico. A ausência do produto põe em dificuldade a manutenção dos rebanhos, posto que o criatório de animais à base de alimentação industrializada requer um nível de capitalização ao qual os agricultores têm restrita possibilidade de acesso. As baixas no pequeno criatório têm importante repercussão na economia e nas vidas locais, posto que o mesmo é responsável pela geração de renda complementar que entra no cálculo do abastecimento familiar.

A técnica de trabalho agrícola mais presente é aquela tradicional, pelo sistema 'roça de toco', que consiste na derrubada da mata de menor porte (brocar) e de maior porte (derrubada). Em seguida, é realizada a queimada e o cercamento da área a ser plantada. O roçado, geralmente, é realizado em áreas distantes do núcleo das casas, mas também nos quintais, com plantação de pequeno porte, onde há uma participação maior da mulher e das crianças na atividade agrícola.



Figura 5. Fotografia sobre os modos de produção local: 'roça de toco'.

Fonte: Aparecida Milanez. Trecho Castelo do Piauí – São Mateus-PI, Brasil. Janeiro de 2014.



Figura 6. Fotografia sobre os modos de produção local: 'criação solta'.

Fonte: Aparecida Milanez. Trecho Castelo do Piauí – São Mateus-PI, Brasil. Janeiro de 2014.

A pesquisa de campo permitiu observar que as técnicas agrícolas e agrárias são conhecidas e praticadas por adultos e jovens da localidade. Esses últimos participam das dinâmicas de trabalho do núcleo familiar, onde ainda não foi introduzido o uso de fertilizantes e é presente a prática da conservação de sementes, apontando – desse ponto de vista - para certa vitalidade da reprodução social desse fazer. Porém, essas atividades não se mostram aos jovens como suficientes para dar suporte aos projetos juvenis. A representação mais frequente é o entendimento da roça como insuficiente e desestimulante, principalmente para aqueles que têm relação de arrendamento com a terra. De todo modo, mesmo entre os que possuem terra a sucessão do patrimônio familiar no meio rural mostra-se em dificuldade, uma vez que não

garante a reprodução social da família e a realização dos projetos juvenis, no nível que os jovens demandam quanto a aquisição de bens e serviços. Nesse âmbito, destacam-se aquelas relacionadas ao mercado de motocicletas, roupas, eletro-eletrônicos, tecnologias e lazer.

É nesse contexto de escassez da terra, dificuldades climáticas, ausência de políticas públicas para o campo, baixa geração de renda, de novas demandas e de elaboração do discurso da insuficiência e do desestímulo com a roça que a migração passa a ser construída pelos grupos juvenis locais como estratégia para a realização de projetos de autonomia.

Meus pais mexiam mais era com o gado, criação. Só pra você ter uma ideia: eu passei oito meses no sítio de criação mais meu irmão. Nesses oito meses deu só quatro crias. Só. Pra cada um, dois pra cada um. A gente: 'Nossa! O que nós vamos fazer aqui? Tá com oito meses da minha vida, oito meses pra ganhar a vida com criação. Isso não dá pra mim, não. Desse jeito aqui, não vai me levar pra frente, não'. Só ganha o dono da criação, né? Aí, eu fui pensar assim, 'rapaz, vou pra São Paulo'. (Entrevista à jovem de São Mateus, Janeiro de 2012).

Portanto, não investir, por exemplo, em políticas que possam gerar viabilidade à produção dos agricultores pode significar a precarização do sistema agroalimentar de aprovisionamento. Isso, por sua vez, significa dificultar a inserção das gerações e das juventudes no setor de produção agrícola e agrário local, bem como a sucessão de tais padrões e, por extensão, a reprodução dos modos de vida ali vigentes, visto que a migração temporária passa a ser o único projeto de autonomia tido como viável pelos segmentos juvenis locais.

O extrativismo da carnaúba em Castelo do Piauí: juventudes e reprodução social

Quanto à atividade extrativista da carnaúba, desenvolvida no período da entressafra da roça (setembro a dezembro), mostra-se como um importante gerador de renda para o local, não obstante o trabalho ser considerado pesado e penoso.

A produção de cera e de pó de carnaúba no Piauí concentra sua maior expressão nos Territórios Cocais, Carnaubais e Vale do Guaribas. Para os fins desta análise, enfocaremos como essa produção aparece no Território de Desenvolvimento dos Carnaubais, onde se localiza o município analisado, tendo como parâmetros a produção do Estado do Piauí, a produção do município em análise, a do maior produtor e do menor produtor da área apontada.

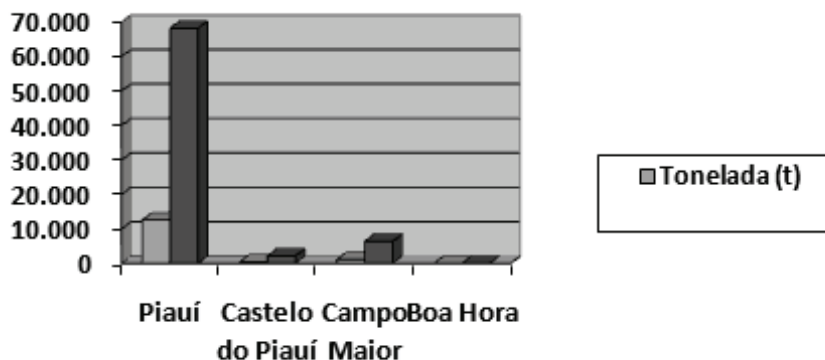


Figura 7. Quadro comparativo de produção de pó de carnaúba em municípios piauienses selecionados em 2012. Fonte: IBGE, 2013a, 2013b, 2013c, 2013d. Elaboração própria.

Embora Castelo do Piauí ocupe o segundo lugar na produção de pó de carnaúba do Território de Desenvolvimento dos Carnaubais, não possui um sistema agroindustrial²⁹ de produção de cera de carnaúba, o que o coloca na condição de mero fornecedor de mão-de-obra para outros setores que possuem tais recursos. O sistema agroindustrial de extrativismo e produção de derivados da carnaúba envolve diferentes atores como exportadores e corretores, produtores, fazendeiros, proprietários de máquina, atravessadores e agiotas, rendeiros capitalizados e descapitalizados e trabalhadores extrativistas³⁰. Assim, caracteriza-se por um sistema que incorpora desde desigualdades de expropriações na ponta do processo produtivo, até alcançar o lugar mais refinado da produção de tecnologias, como *chips* de computadores, e da apropriação do lucro por elites capitalizadas no sistema global. Também na ponta enfraquecida da corrente – ‘os palheiros’ da carnaúba - vive-se entre os limiares do analfabetismo e da incorporação à cultura global por meio de redes virtuais. Enfim, uma modernização que não resolve, antes explicita, o simultâneo processo de alienação e exploração de trabalhadores envolvidos em toda a cadeia produtiva da carnaúba.

²⁹ Hoje, o Piauí conta com sete indústrias de produção de cera, localizadas em Parnaíba, Esperantina, Piripiri, Teresina, Picos, Campo Maior e Pedro II, fixando-se, estrategicamente, no polo de maior incidência do produto, no norte e centro norte do Estado. Tal produção de exportação é destinada para a Ásia, América do Sul, América do Norte, África e Europa. Ver: Thaís Ibiapina Martins, *Palheiros e Palheiras da Carnaúba em Campo Maior – PI: uma etnografia*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí, 2012.

³⁰ Martins, *op. cit.*



Figura 8. 'Derrubador' da palha de carnaúba.

Fonte: Aparecida Milanez. Castelo do Piauí-PI, Brasil, novembro de 2013.



Figura 9. 'Aparador' da palha de carnaúba.

Fonte: Aparecida Milanez. Castelo do Piauí-PI, Brasil. Novembro de 2013.

A produção local da cera e do pó é gerenciada por um arrendatário do campo de carnaúbal que realiza negociação com o proprietário da terra. Em seguida, realiza acordos trabalhistas com

remuneração por diárias, que variam de acordo com o tipo de serviço. Ao 'derrubador' o valor pago é de cinquenta reais e ao 'aparador', 'carregador' e 'lasteiro', trinta reais. Esse pagamento também pode ser realizado por produtividade, adotando-se como parâmetro o 'milheiro' de palha, sendo necessário produzir-se, pelo menos, três mil palhas por dia.



Figura 10. Transporte de palhas de carnaúba.

Fonte: Aparecida Milanez. Castelo do Piauí-PI, Brasil. Novembro de 2013.



Figura 11. Secagem da palha para extração do pó de carnaúba.

Fonte: Aparecida Milanez. Castelo do Piauí-PI, Brasil. Novembro de 2013.

O valor comercial do pó é definido pela qualidade, sendo o 'pó branco' ou 'pó do olho' e a bandeira³¹ vendidos a dez reais por quilograma; a palha (pó roxo) a cinco reais por quilograma. Geralmente o comprador do pó da carnaúba é o proprietário da máquina utilizada para a extração do pó. Quando o pó da carnaúba é extraído manualmente, com auxílio de facas, a palha geralmente é aproveitada para produção de vassouras.

³¹ Parte central da palha de carnaúba, onde concentra-se um maior quantidade e qualidade de pó de carnaúba.

Fotografia n.º 7:



Figura 12. Produção local de Vassouras.

Fonte: Aparecida Milanez. São Mateus - Castelo do Piauí-PI, Brasil. Novembro de 2013.

A produção artesanal de vassouras retratada acima é realizada pelo grupo familiar, proprietário de pequena extensão de terra, localizada a 2 Km da Localidade Rural São Mateus. As vassouras são comercializadas na sede do município ou nos pontos de comércio da própria localidade, ao valor de sessenta centavos a unidade³².

Os jovens locais estão inseridos na atividade de extração de carnaúba, fazendo parte do calendário local de atividades agrícolas e agrárias, parte do sistema de reprodução social, como demonstra a narrativa:

Eu já trabalhei na palha, carregando palha e aparando palha. A pessoa aparar o olho da palha e vai fazendo os feixes, fazendo os feixes, de vinte e cinco palhas. Aí, quando chega a tarde, você vai ver quantos milheiros de palhas você aparou. No mínimo, a pessoa tem que aparar três milheiros de palha. Três, quatro. Aí, tem pessoas que aparam oito milheiros. [...] Este ano eu não trabalhei ainda, não. Não, não. Posso trabalhar em palha agora não, no momento. É que eu estou tomando uns remédios, fazendo uns exames, aí não posso trabalhar agora. (Entrevista à jovem, São Mateus, Setembro de 2013).

A pesquisa de campo possibilitou ver o extrativismo da carnaúba como um território marcado por diferentes processos e identidades. Tais aspectos são redefinidos de acordo com o jogo

³² Segundo o relato coletado em diário de campo, 1000 palhas de carnaúba são suficientes para produzir duzentas vassouras. Essa atividade também entra no cálculo da produção para o abastecimento.

entre propriedade da terra/expropriação, relação familiar/comercial, produção artesanal/mecanização, além dos trânsitos efetivados entre o calendário agrícola e a migração para o trabalho da construção civil. Não obstante, é importante destacar o modo de vida e de relação com a natureza, em que há um maior aproveitamento ambiental da vegetação local, dentro de parâmetros de sustentabilidade da planta e do meio ambiente.

A agroindústria da cachaça e a mineração em Castelo do Piauí

Como apontado, o município também exhibe certo perfil produtivo, provindo das grandes propriedades de terra, onde se destaca apenas a monocultura da cana-de-açúcar, a qual é utilizada na produção agroindustrial e artesanal da cachaça. A produção anual desse item no Piauí é de 3,5 milhões de litros, atingindo o montante de R\$ 8 milhões (Reais), sendo Castelo do Piauí responsável por 71,4% de tal produção.

O gerenciamento contemporâneo do uso de máquinas e tecnologias industriais na produção da cachaça – que vai desde o preparo do solo, até a disponibilidade do produto final à venda – supre a exigência de ‘estoque’ de mão-de-obra. Essa dinâmica desencadeia para a população local a necessidade de inserção em outros setores produtivos, no município ou fora dele, por todo o período em que não há corte de cana, consolidando-se como um a mais dos fenômenos que estimulam a migração juvenil.

Por outro lado, foi por meio do setor da mineração que chegaram ao município de Castelo do Piauí os grandes projetos de investimento, assentados na narrativa atual do “desenvolvimento” do Piauí, especialmente ancorado na instalação da empresa multinacional ECB Rochas Ornamentais do Brasil Ltda, no ano de 1998. Esse fato gerou mudanças na região, seja nos processos produtivos, seja nas formas de sociabilidades também por eles desencadeadas. Estudos sobre essa realidade apontam que, como consequência visível, houve uma transformação do espaço agrário no sentido de sua “urbanização”.

Quanto ao processo de produção considera-se que a internacionalização do capital no espaço agrário, ao exigir novas regras de produção, dentro da escala global e da reestruturação produtiva vem ocasionar a exclusão daqueles que não possuem uma mão de obra qualificada e/ou a permanência de regimes de subemprego. Nesse processo de conflitos, as formas arcaicas/manual de produção são concomitante a um processo mais “refinado” de produção,³³ o que caracteriza a produção intensiva e extensiva no espaço agrário.

Os descompassos verificados entre as novas e tradicionais sistemáticas de produção, encontradas na ‘roça de toco’ e na mineração, respectivamente, são outro campo fértil de estímulo à migração juvenil. A relevância e magnitude da questão já constitui-se numa preocupação enfocada pelo Governo Municipal, entendendo-a como problema a ser enfrentado por meio de políticas públicas:

A disponibilidade de mão de obra é um fator importante para a formação do produto econômico local. Na sua formação há a presença de parte da população urbana e principalmente da população rural, cuja tendência é migrar para a cidade, mormente a população jovem. A população rural,

³³ Maria Aparecida M. Cavalçante, *Trabalho e sociabilidade: uma análise sócio-histórica das relações de produção e reprodução da vida social na Comunidade Pedreira*, Monografia de graduação, Universidade Federal do Piauí, 2011.

representada por 37,4% da população total, carece de programas educacionais e profissionais capazes de fixar o homem no campo, para deste modo, evitar seu êxodo.³⁴

Muito embora o texto se reporte a “programas educacionais e profissionais” *in loco* também pudemos verificar a ausência de políticas públicas para o acesso à terra e a outros direitos sociais e o efetivo incentivo à produção da agricultura familiar local e, por conseguinte, do incentivo à permanência juvenil no meio rural. Essa problemática é claramente visualizada pelos jovens:

Para ganhar um bom dinheiro na nossa localidade, só se tiver um bom estudo. Mas aí, se a pessoa não tiver, o jeito que tem é migrar mesmo, em outro estado. Não, pode ser da roça também. Um exemplo, você tem um bom estudo você pode inventar um maquinário uma coisa, né? E criar uma nova ideia, por exemplo. Investir numa nova ideia, aí se você não tem um estudo, como é que você vai fazer isso? É... dinheiro também, né? Dinheiro para a pessoa poder investir, que na zona rural entra pouco dinheiro também, né? (Entrevista à jovem, São Mateus, Setembro de 2013).

Diante de uma condição juvenil de escassez, expressa nesse município e no campo estudado, em que se tem presente a desapropriação de terras e a dificuldade quanto à sucessão familiar e permanência no campo, o trabalho pesado e penoso na agricultura e no extrativismo, sob regimes de arrendamento e diárias, é que mais uma vez notamos o surgimento da migração compondo os sonhos juvenis quanto aos seus projetos de autonomia.

Conclusão

Dessa abordagem panorâmica acerca do município de Castelo do Piauí é possível compreender que as formas de produção e reprodução social por meio da agricultura familiar de provisionamento e os projetos juvenis para o futuro convivem com a permanência da concentração da terra. Essa realidade vem ratificando as condições de expropriação em geral ali presentes, assim como a inserção majoritária dos trabalhadores no campo na condição de posseiros e arrendatários, impedindo as possibilidades de constituição de patrimônio pelos segmentos juvenis rurais.

A rápida alteração de processos produtivos, trazendo a realidade do trabalho precário e a interconexão global/local, expõe as sistemáticas tradicionais de trabalho ao desafio de reproduzir-se enquanto sistemática de trabalho e modo de vida que conquiste os mais jovens, pessoas expostas aos trânsitos e demandas globais/locais com maior intensidade.

A escassez de chuvas e o efeito deletério direto sobre a plantação e colheita daqueles que só têm o trabalho na terra para viver é outro fator histórico que, mais que um fenômeno climático natural, deixa-se ver como o fenômeno político que revela o pouco caso dos gestores para com a realidade das pessoas que vivem e trabalham no campo. A precariedade de políticas efetivas para a pequena produção agrícola, que potencialize os recursos locais ensina desde cedo aos jovens que do chão do campo não nascerá a esperança, mas a dureza do trabalho e da vida. Tais fatores, dentre outros, vêm dificultando a permanência da juventude no meio rural, uma vez que não dispõe de possibilidades reais de sucessão da propriedade da terra e muito menos o

³⁴ Prefeitura Municipal de Castelo do Piauí, *op. cit.*, 348.

investimento em políticas públicas de distribuição de terras e crédito rural, tornando-os em potenciais sujeitos da migração temporária utilizada como forma de reprodução social.

Por fim, evidencia-se não haver lugar de produção e reprodução para as juventudes nos projetos de desenvolvimento. A tensão entre o “ficar e o sair” permanecerá marcando o seu cotidiano e as possibilidades restringidas de construir-se no tempo-espaço de suas relações locais acenam para um futuro de partidas definitivas ou de “chegar-e-partir” constantes. Tanto um quanto o outro, rompem com a perspectiva de reprodução da localidade e da cidade de acordo com seus marcos socioculturais anteriores.

Bibliografia

- Alves, Vicente Eudes Lemos. “As bases históricas da formação territorial piauiense.” Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13577>>. Visita em 02 de setembro de 2013.
- Cavalçante, M. Aparecida Milanez. *Trabalho e sociabilidade: uma análise sócio-histórica das relações de produção e reprodução da vida social na Comunidade Pedreira*. Monografia de graduação. Universidade Federal do Piauí, 2011.
- Deus, Fábio José A e Raimunda Alves Melo. *Castelo do Piauí: as várias faces de uma história*. Castelo do Piauí: Editora Halley, 2008.
- Ferreira, Murilo Cunha. “A política pombalina de planejamento espacial e territorial na colonização do Piauí durante o século XVIII” em *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo* 11.2 (2012). Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1333>>. Visita em agosto de 2014.
- Fundação Centro de Pesquisa Econômicas e Sociais do Piauí. “Diagnóstico sócio-econômico: Castelo do Piauí” (2010). Disponível em: <www.cepro.pi.gov.br/download/201102/CEPRO17_4e32c8213b.pdf>. Visita em 27 de setembro de 2013.
- Fundação Centro de Pesquisa Econômicas e Sociais do Piauí. *Piauí: evolução, realidades, desenvolvimento*. 2º ed. Teresina: Fundação Cepro, 2002.
- Godói, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.
- Governo do Piauí. “Lei complementar n.º 87 de 22 de agosto de 2007”. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13144>>. Visita em 11 de setembro de 2013.
- IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (2013a). “Piauí. Extração Vegetal e Silvicultura 2012”. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=extracaovegetal2012>>. Visita em 20 de setembro de 2013.
- IBGE (2013b). “Castelo do Piauí. Extração Vegetal e Silvicultura, 2012”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=124&search=pi+uij|castelo-do-piaui|extracao-vegetal-e-silvicultura-2012>>. Visita em 20 de setembro de 2013.
- IBGE (2013c). “Campo Maior. Extração Vegetal e Silvicultura 2012”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220220&idtema=124&search=pi+uij|campo-maior|extracao-vegetal-e-silvicultura-2012>>. Visita em 20 de setembro de 2013.
- IBGE (2013d). “Campo Maior. Extração Vegetal e Silvicultura 2012”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220177&idtema=124&search=pi+uij|boa-horaj|extracao-vegetal-e-silvicultura-2012>>. Visita em 20 de setembro de 2013.
- IBGE (2013e). “Território Carnaubais”. Disponível em: <<http://files.assuncaoivre.webnode.com/2000039107da067e996/Mapa%20do%20carnaubais.jpg>>. Visita em 11 de setembro de 2013.
- IBGE (2013f). “Censo Demográfico 2010: Sinopse”. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=220260&idtema=1&search=pi+uij|castelo-do-piaui|censo-demografico-2010:-sinopse->>>. Visita em 12 de agosto de 2013.
- IBGE (2012a). “Castelo do Piauí: Produção Agrícola Municipal-Lavoura Temporária 2011”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=100&search=pi>>

- uijcastelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2011>. Visita em 30 de setembro de 2013.
- IBGE (2012b). “Castelo do Piauí. Produção Agrícola Municipal-Lavoura Permanente 2011”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=99&search=piuijcastelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-permanente-2011>>. Visita em 20 de setembro de 2013.
- IBGE (2011). “Castelo do Piauí: Produção Agrícola Municipal-Lavoura Temporária 2010”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=74&search=piuijcastelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2010>>. Visita em 30 de setembro de 2013.
- IBGE (2010). “Castelo do Piauí: Produção Agrícola Municipal-Lavoura Temporária 2009”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=10&search=piuijcastelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2009>>. Visita em 30 de setembro de 2013.
- IBGE (2009). “Castelo do Piauí: Produção Agrícola Municipal-Lavoura Temporária 2008”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=47&search=piuijcastelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2008>>. Visita em 30 de setembro de 2013.
- IBGE (2008). “Castelo do Piauí: Produção Agrícola Municipal-Lavoura Temporária 2007”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=46&search=piuijcastelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2007>>. Visita em 30 de setembro de 2013.
- IBGE (2007). “Castelo do Piauí: Produção Agrícola Municipal-Lavoura Temporária 2006”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=45&search=piuijcastelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2006>>. Visita em 30 de setembro de 2013.
- IBGE (2006). “Castelo do Piauí: Produção Agrícola Municipal-Lavoura Temporária 2005”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=44&search=piuijcastelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2005>>. Visita em 30 de setembro de 2013.
- IBGE (2005). “Castelo do Piauí: Produção Agrícola Municipal-Lavoura Temporária 2004”. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=220260&idtema=43&search=piuijcastelo-do-piaui|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2004>>. Visita em 30 de setembro de 2013.
- Lima, Solimar Oliveira e Malherme, Juliana M. Barbosa. “Cotidiano e Trabalho das Mulheres Negras nas fazendas escravistas do Piauí”, em Solimar Oliveira Lima (editor), *Sertão de negro: escravidão e africanidades no Piauí*, Rio de Janeiro, Booklink, Teresina, Matizes, 2008, 168-176.
- Martins, Thaís Ibiapina. *Palheiros e Palheiras da Carnaúba em Campo Maior – PI: uma etnografia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, 2012.
- Moraes, Maria Dione Carvalho e Márcia R. Soares de Araújo. “Cerrados piauienses: de espaço natural a espaço construído”. *III Encontro da ANPPAS em Brasília-DF, 2006*. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA444-01032006-135044.DOC>. Visita em: junho de 2014.
- Prefeitura Municipal de Castelo do Piauí. “Plano Diretor Participativo de Castelo do Piauí-PDP” - *Relatório Etapa II, Diretrizes e Propostas*, Castelo do Piauí, 2011.
- Wanderley, Maria de Nazareth B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.